



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

IMPERIALISMO: HOJE TEU NOME É “GLOBALIZAÇÃO”

José Rubens Mascarenhas de Almeida
(UESB)³⁹²

RESUMO

Este artigo enfoca o atual processo de transnacionalização efemeramente intitulado globalização como mais uma das faces do velho imperialismo. Concebe as relações tipicamente capitalistas engendradas e transplantadas para a periferia do sistema na forma de relações tipicamente dependentes, como parte do processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos 1970, que busca superar a atual crise capitalista expressada na queda da taxa de lucros no processo produtivo. Entende que a financeirização da economia mundial denota uma crise nos processos de circulação ampliada do capital via realização da mercadoria num cenário de crise dos processos tradicionais de exploração da força de trabalho e de expropriação da mais-valia.

INTRODUÇÃO

Ainda hoje, parte das burguesias latino-americanas – e seus ideólogos - vê o imperialismo como uma mera conseqüência – e necessidade – do processo de modernização de suas nações.

Não concebe a engenharia imperialista como parte constitutiva do capitalismo, mas como mera dimensão político-econômica de caráter transitório. Nega-se a enxergar esta dimensão como parte intrínseca das lógicas que orientam as relações de acumulação capitalista, sob a qual o lugar das economias das nações periféricas será perpetuado na sua relação com o sistema central.

Sendo o capitalismo um sistema cuja vocação nata é a conquista de mercados, contando sempre com o enfático apoio do Estado burguês, embalado

pela ideologia do nacionalismo³⁹³, o fenômeno imperialista representa a necessidade de expansão do capital enquanto sistema mundial. Assim, apesar das mudanças ocorridas no processo histórico, estas relações mantêm sua estrutura, sua função e sua dinâmica de reprodução na lógica da acumulação. Quanto à sua nova aparência, esta se deve ao processo de expansão das relações capitalistas a nível mundial e ao aprofundamento da crise porque vem passando o sistema, nesses últimos trinta anos.

O espraiamento das relações sociais capitalistas para toda a periferia do sistema engendrou relações típicas às formações dependentes³⁹⁴. Esta conformação, vista por parte da esquerda como conjunturalmente transitória, foi também concebida como inexorável ao processo de transição à sociedade socialista. Contrariamente à retórica, no entanto, tornou-se permanente, apesar das mudanças no quadro de hegemonia a nível mundial, quando da substituição da Grã-Bretanha pelo novo bloco histórico hegemônico pelos EUA e da mudança mais substantiva caracterizada pela substituição da hegemonia do capital produtivo pelo financeiro.

Em ambos os casos, a presença do Estado (e das forças armadas enquanto aparelho do mesmo) e do capital transnacional se fez eminentemente marcante, a despeito das afirmações de enfraquecimento dos Estados Nacionais frente à transnacionalização de capital. O que se viu foi, exatamente, o contrário: vinculações entre as políticas nacional e internacional, estreitamente sólidas e interconectadas com relação a epicentros geoeconômicos e geopolíticos, a partir da posição de determinados países na economia internacional.

³⁹² Professor de História da América da UESB; membro do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS); Membro do Museu Pedagógico da UESB; e doutorando em Ciências Sociais pela PUCSP.

³⁹³ Tal ideologia aponta para a possibilidade de inserção das nações periféricas no mesmo rol das desenvolvidas a nível global. A condição primeira, para isso, seria modernizar-se (sob a batuta do capital estrangeiro). Este sempre foi o projeto vislumbrado pela burguesia interna da América Latina.

³⁹⁴ Surgida na segunda metade dos anos 1960, na América Latina, a Teoria da Dependência defendia a possibilidade de desenvolvimento capitalista dependente e associado ao capital estrangeiro em contraposição a um desenvolvimento autônomo e nacional.

Tomando por base as últimas campanhas militares levadas a cabo através das político-militares estadunidenses no mundo, tais como as Guerras do Golfo (1980/1991), a invasão do Afeganistão (2001) e, mais recentemente, a guerra contra o Iraque (2003), além de sua onipresença, como no caso da última versão Líbano - Israelense, são elementos altamente ratificadores da hipótese de que a concentração de capitais nos principais centros geopolíticos atuais configura uma característica central típica do fenômeno imperialista moderno.

As novas premissas que afirmavam que aquele Estado total do pós-guerra – que cumprira o seu papel no processo de modernização industrial – deveria surgir como um novo Estado, minimalista³⁹⁵, que só se ocuparia das políticas econômicas imprescindíveis ao capitalismo contemporâneo, mostraram-se vazias. No entanto, por todas as “reformas” encetadas pelo Estado “minimalista” no processo de reestruturação capitalista, pode-se afirmar que ele cumpriu o seu papel na transferência para o setor privado de maior autonomia e poder de decisão no processo de acumulação.

O conceito de imperialismo origina-se em Hobson (1981), mais especificamente em seu clássico livro publicado no início do século XX que, com sua definição de monopólio, permitiu aos seus pares dar os primeiros passos em direção a uma construção teórica daquela categoria analítica. O mesmo foi apropriado por uma série de autores marxistas, operando como um conceito de importância fundamental para a análise das mutações do capitalismo no período de transição do século XIX para o XX. Hilferding contribuiria com seus primeiros ensaios acerca do capital financeiro; através de Bukharin,³⁹⁶ Lênin³⁹⁷ e Rosa

395 Viu-se que isso não passou de ideologia para facilitar a retirada do Estado de sua responsabilidade social. As estatísticas mostram que, na maioria deles, a presença estatal aumentou (Borón, 2002). A própria *mea culpa* de Fukuyama (2005), não deixa dúvidas.

396 Bukharin (1984) afirmava que a competição interna capitalista estava, cada vez mais, sendo substituída pela luta entre os “trustes capitalistas estatais”. A singularidade de suas posições estava marcada pela defesa da destruição do Estado, apesar de aceitar a necessidade deste enquanto um instrumento proletário de transição.

Luxemburg, o conceito de imperialismo, apesar das diferentes concepções em confronto, ganharia seus contornos marxistas – ou seja, enquanto fenômeno capitalista, passando a ponto de partida dos movimentos sociais ligados à esquerda mundial. Imperialismo passou a ser concebido como um fenômeno ligado à expansão do capitalismo e intrinsecamente ligado à fusão de capitais, e que teria levado, conseqüentemente, à concentração destes e à financeirização da economia. O imperialismo seria, assim, conseqüência e não causa do capitalismo.

Na evolução histórica deste conceito vemos que, classicamente, o fenômeno é entendido como a expansão do Estado-nação para além de suas fronteiras e a instituição de relações coloniais que envolvem (através da retórica da modernização) outras nações que são inseridas como periferia desse eurocêntrico sistema de “civilização” capitalista. Mas, o imperialismo não se restringe à aquisição de colônias, ações políticas e militares de determinados governos no sentido de proteger interesses de sua classe dominante. É muito mais complexo: é uma inter-relação que envolve as atividades econômicas - domésticas e externas - da indústria, ações militares, diplomacia internacional e as investidas do capital financeiro, harmonicamente, com vistas a garantir o funcionamento normal do sistema capitalista. O imperialismo é parte constitutiva do sistema capitalista, cuja função é garantir as condições necessárias de concentração de poder econômico nos centros capitalistas avançados.

No entanto, ao cimento ideológico da argüição colonialista deve ser, também, adicionado um aparato estatal de apoio militar, econômico e cultural eficaz. Magdoff (1978:189) é bem didático quando afirma que *“esse poder torna-se uma necessidade, para a segurança do capital investido e como fonte básica de aumento de lucros (...) para além das fronteiras nacionais, para controlar e*

397 Sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo” contribuiu para a sistematização do conceito. A relemos para contestá-la no que concerne à afirmação de que o fenômeno imperialista é parte superior do sistema: para nós é parte constitutiva.

influenciar fontes de matéria-prima, controlar e influenciar mercados e obter mais altas taxas de lucro, através de mão-de-obra barata e outros 'inputs'".

É esse controle a garantia de eliminação dos concorrentes potenciais e a causa de conflitos entre as grandes corporações das principais nações industriais. Assim, falar de imperialismo implica referir-se à expansão do capital enquanto relação social. É a partir da exportação de capitais para investimento tipicamente capitalista, fundado no princípio do processo produtivo, que os países periféricos foram inseridos, via industrialização, no processo de acumulação capitalista.

Para se entender o fenômeno imperialista é inexorável referir-se à trajetória do capitalismo, buscando dar conta da dimensão sistêmica da interação que envolve, em seu seio, economia, sociedade, política e cultura. O fenômeno imperialista é parte desse todo sistêmico que, em certos momentos históricos, aparece como imerso em relações paradoxais e contraditórias – como atualmente, entre frações da classe burguesa (industrial X financeira) - que pretende equivocar quem vê o processo de forma superficial.

O exame da trajetória da política externa estadunidense para com a América Latina no pós-1945, é essencial para se compreender, no cenário internacional, a evolução das grandes tendências e a ação de estruturas hegemônicas que buscam, incessantemente, a perpetuação do capitalismo como forma definitiva de organização sócio-econômica.

A recente história latino-americana testemunha-nos que, a partir do processo da Revolução Cubana, evidenciaram-se mudanças na estratégia de dominação capitalista no conjunto do continente através de mecanismos diversos: intervenções armadas, “diplomáticas” e econômicas estavam entre estes³⁹⁸.

398 Nos documentos de Santa Fé I (1980) e II (1988), Califórnia, EUA, isto se evidencia em suas metas imperialistas para a América Latina. No primeiro, suas ações se faziam justificar pelo combate ao comunismo; no segundo, na ratificação do comunismo enquanto inimigo de grande periculosidade e agregava a ele o terrorismo e o narcotráfico.

No que se refere ao aspecto jurídico, os EUA sempre reivindicaram para si o papel de legislador mundial, baseado na Doutrina Monroe (1823), sob a qual buscou forjar uma jurisprudência internacional argüida nos princípios de “*direito global*” e “*justiça internacional*” para dar eficácia jurídica aos seus saques imperialistas sob a suposta legitimidade de um aparato supranacional.

O atual desenvolvimento tecnológico e a constituição de novos aparatos jurídico-institucionais de caráter transnacional foram forjados justamente para adequar as economias nacionais a essa nova configuração político-econômica. A negativa estadunidense em assinar o acordo de constituição do Tribunal Internacional e a, paralela e teatral, condenação de Milosevic por crimes de guerra só podem ser explicadas sob o argumento de que o Tribunal representaria a revogação do auto-título de polícia do mundo reivindicado pelos EUA e que poderia acabar sendo levado às suas barras pelos mesmos crimes. Exemplo ainda mais eloqüente foi a tentativa de criação do MIA (Acordo Multilateral de Investimento) que buscava criar, juntamente com os principais membros da OCDE (centro nevrálgico da economia capitalista mundial), uma jurisprudência internacional sob sua hegemonia. O intuito era transformar os Estados-nação em simples agentes econômicos sem nenhum tipo de prerrogativa nas cortes internacionais (BORÓN,2001) e a inimizabilidade dos órgãos financeiros multilaterais que, sob a hegemonia estadunidense, só respondem perante os executivos dos governos que os compõem, dão a entender o tipo de hegemonia exercido pelos EUA, enquanto principal *locus* de concentração de capitais.

No inter-relacionamento entre as forças econômicas, políticas e militares mundiais, os EUA do pós-II Guerra, atingiram uma posição sem precedentes na história. Saíram do conflito sendo comparados à Inglaterra vitoriana, mas com uma grande diferença: a superioridade do seu alcance global. Esta posição, apesar dos desdobramentos da Guerra Fria, contribuiria para o futuro esfacelamento da URSS,

fato que deixaria de herança aos EUA a privilegiada condição de única superpotência capaz de estabelecer-se como líder mundial da rede imperialista.

Os dois conflitos mundiais e a Guerra Fria foram, na realidade, atos de um mesmo processo: divisores de águas da corrida imperialista pela hegemonia mundial entre as grandes potências (ou seja, disputas interimperialistas) e fundaram a pedra angular da construção do novo bloco histórico capitaneado pelos EUA. A renovação do fenômeno imperialista poria este país numa posição estratégica no âmbito internacional do sistema.

Finda a II Guerra Mundial, os vencedores do conflito selaram o Pacto de Yalta, e o globo se viu dividido em áreas de influência das grandes potências imperialistas: a América Latina coube aos Estados Unidos, que logo formulou a Doutrina Truman, filha legítima da Doutrina Monroe, mas com uma forte tonalidade anticomunista.

Assim, do ponto de vista militar, estes passaram ao status de potência mundial cujos exércitos ocupavam a Europa Ocidental e o Japão; sua força aérea controlava o espaço; seus “*marines*”, já há certo tempo, adentravam países da América Latina sem pedir licença; tinham o monopólio da bomba atômica – então principal artefato bélico – e uma enorme vontade política de uso deste, como o demonstrara muito bem contra Hiroshima e Nagasaki.

Do ponto de vista econômico, sua produção industrial correspondia a mais de 60% da produção mundial, com uma estrutura que passou incólume pelo processo da II Guerra sem ter sofrido nenhum estrago, ao passo que seus possíveis e potenciais concorrentes encontravam-se com seus parques industriais desorganizados e/ou destruídos. As reparações/reconstruções de guerra transformaram-no no credor absoluto dos Aliados e, quando o conflito dava seu último suspiro por entre a poeira das bombas atômicas atiradas sobre o Japão, as estatísticas econômicas os apontavam como detentores de 50% das reservas



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

mundiais de ouro. Além do mais, o país constituía-se no principal mercado para os produtos primários da periferia do capitalismo.

A condição galgada pelo dólar enquanto moeda mundial de reserva e o status de banqueiro mundial, assim como o financiamento de operações militares, permitiram aos EUA a expansão de suas indústrias e capital financeiro, o que lhes permitiu arrombar as portas do mercado internacional e impor seus negócios. Conseqüentemente, as indústrias e as finanças estadunidenses alastraram-se pelo globo – mais especificamente por sobre a periferia do sistema construindo uma nova configuração de áreas de influência econômico-militar a nível planetário.

Financeiramente, a partir de 1945, os EUA, deliberadamente, promoveram a criação de normas e organismos de controle mundiais do tipo FMI, Bird, Gatt, tendo o dólar como padrão de intercâmbio mundial, fato que desbancou o ouro e inaugurou, pela primeira vez na história, um sistema monetário e financeiro realmente internacional, desfazendo, para mercadorias e capitais, pelo menos parcialmente, as fronteiras nacionais e implantando estruturas burocráticas de controle estatal. Fato é que, historicamente, as finanças atuaram no desenvolvimento do capitalismo como uma parceira necessária e leal ao capital produtivo na sua trajetória de concentração do poder econômico nas nações centrais. Para Magdoff (1978:190), uma *“viceja com o êxito da outra”*. Da mesma forma é a aparente ascendência de um setor que predomina sobre os demais nesse mesmo processo. Na realidade, tanto o político, como o econômico e o militar se entrelaçam sistemática e harmonicamente. Trata-se de um inter-relacionamento sistêmico calcado numa só estratégia.

A concatenação e sistematização de políticas interestatais sob a hegemonia estadunidense (veja-se o Consenso de Washington) permitiram uma maior concentração de capitais financeiros e a criação das condições viáveis à sua exportação. A garantia de retorno seria a produção de superávits primários, manutenção da dívida externa como mecanismo de reprodução da



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

superexploração, a precarização do trabalho entre outros mecanismos recessivos. Essa relação produziu uma grande assimetria entre seus centros de irradiação e a periferia. Nestas, são levadas a cabo políticas econômicas recessivas para que os desequilíbrios dos países centrais não ponham em cheque o sistema como um todo. No quadro dessa divisão internacional do trabalho entre o norte industrialmente desenvolvido e o sul do continente americano, a trajetória dos países situados neste hemisfério é a de uma marcada situação de subserviência conveniente por parte das classes dominantes locais e por uma profunda concentração de riquezas.

Se for verdade que uma das características peculiares da economia capitalista é a presença das crises e de seus ajustes³⁹⁹, a fase atual do imperialismo estadunidense denuncia uma crise aguda do modelo de acumulação capitalista que reequilibrou o sistema mundial ao final da II Guerra até finais dos anos 1960. Uma de suas contradições é essa conseqüente assimetria e desigualdade na relação centro/periferia, através de movimentos que estreitam os laços entre as relações de produção específicas a cada país e as mais gerais do capitalismo central.

A crise econômica dos anos 1960, evidenciada no desmonte do Estado-providência a nível global, e no fracasso da Aliança para o Progresso, na América Latina, em particular, foi politizada nos golpes militares - ação política dos grupos ligados ao grande capital monopólico internacional. Esses “anos de chumbo”, vieram acompanhados de um processo de financeirização da economia que restabeleceu, por certo tempo, as condições de reprodução capitalista, favorecendo as burguesias, nacional e estrangeira, em detrimento dos trabalhadores, e criou as bases das políticas conservadoras que seriam denominadas neoliberais.

Essa crise intensificou-se em inícios dos 1970, com as crises energéticas de 1973/79, a nível global, *tendo como estopim a guerra entre Egito e Israel, que veio a elevar o preço do barril de petróleo cru em 400%*. A transnacionalização capitalista

concentrada no mercado financeiro ampliou a crise energético-monetária, caracterizada pelas tensões e desequilíbrios oriundos deste mercado, levando a um exíguo desempenho do setor produtivo, o que, por sua vez, trouxe como conseqüência um agravamento das taxas de desemprego e uma queda nos salários reais em detrimento da elevação das taxas de acumulação.

Desse processo, implodiu o conflito no interior das frações de classe burguesa entre o capital produtivo e o financeiro. O dólar entrou em crise como reflexo de uma tensão econômica de larga escala, caindo assustadoramente o seu valor cambial, causando um processo inflacionário que se parecia incontrollável, deteriorando as relações comerciais em termos de intercâmbio intra-países.

Essa crise mais geral e a resistência popular acabaram levando a cabo a derrocada dos regimes militares existentes então, dando início a um processo de 'redemocratização' nos moldes da democracia representativa burguesa, agora em doses homeopáticas. No entanto, os militares não entregariam o poder sem antes esfacelar, violentamente, os movimentos de contestação armada no continente, aqueles que, de forma radical ameaçavam também o regime de propriedade privada e a taxa de acumulação. O capitalismo tinha que ser preservado independentemente da fração de classe que tomasse o poder.

Se, no pós-II Guerra até finais dos anos 1960, a textura político-econômica e cultural envolveu diversos agentes (instituições, organizações, partidos políticos, indivíduos..., sob a tutela do Estado-previdência), após esse período, uma mudança de estratégia da organização social da produção foi encetada, recorrendo à guerra e à financeirização da economia: desmonte do Estado de Bem-estar social, desestruturação do fordismo e uma conseqüente reestruturação produtiva e, do ponto de vista cultural, seu coroamento "*pós-modernista*".

Assim, o processo de financeirização da economia, cuja aplicação historicamente coincidiu com as crises nos processos de circulação ampliada do

399 Ver acerca Almeida (2005), sendo este uma referência à questão política desses ajustes.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

capital via realização da mercadoria, busca potencializar a exploração da mais-valia nos tempos de queda das taxas de lucro. Se este raciocínio está correto - e está -, temos hoje um cenário de crise do capital ou dos processos tradicionais de exploração da força de trabalho e de expropriação da mais-valia.

A hegemonia sistêmica da macro-estrutura financeira internacional, cujas políticas econômicas se pautam na desregulamentação financeira e liberalização cambial, garante ao capital uma mobilidade internacional sem precedentes na história, gerando, como consequência, uma interdependência do mercado de moedas e de finanças, causando dificuldades às gestões monetárias por parte dos Bancos Centrais. Tal fato implicou em que a estabilidade monetário-financeira e cambial das economias nacionais fosse condicionada pelo sistema financeiro internacional, o que reproduz, em novos termos, uma situação de consequente assimetria, se relacionarmos o desenvolvimento econômico das nações hegemônicas com as “em desenvolvimento” ou as “*subdesenvolvidas*”. Ou seja, à medida que estas são inseridas na divisão internacional do trabalho, o são em condição desigual.

Acreditamos que a contra-revolução ultra-liberal de predominância financeira do segundo pós-guerra, apesar da roupagem midiática da invenção global-tecnológica, trata-se da tentativa de retomada da hegemonia estadunidense através de movimentos econômicos, políticos, culturais e militares traduzidos na nova versão do imperialismo denominada “globalização”.

A partir dos anos 1980, o capitalismo mundial passou a operar de forma ainda mais centralizada e burocrática, exibindo a nova correlação de forças a nível internacional. Com o fim da Guerra Fria, os EUA se apresentaram como única e hegemônica superpotência, numa correlação pautada na unipolaridade que permitiu a execução de políticas de ‘ajustes’ implementados em toda a periferia capitalista exigindo “*liberdade de mercado*”, flexibilização das leis trabalhistas, dos

fluxos de capitais e de mercadorias; imposição da lei de patentes; privatização das estatais e outras *'reformas'*.

O Consenso de Washington (ver Batista,1994) impunha *"ajustes"* aos países endividados da periferia capitalista, buscando enfraquecer os Estados Nacionais no intuito de quebrar as barreiras nacionalistas e facilitar a penetração do capital estrangeiro nessas economias. Não por acaso a *"década perdida"* para as economias latino-americanas foi também a das *"reformas neoliberais"*.

A engenharia central desses *"ajustes neoliberais"* se apoiava na idéia de que o financiamento externo, sustentado sob a forma de endividamento, trouxesse como conseqüência a redução da oferta de bens-salário para o mercado interno. Isto viria a agravar, ainda mais, a distribuição de renda em toda a periferia capitalista. Por outro lado, a excessiva oferta de capitais no mercado internacional e o subseqüente aumento dos juros do Banco Central estadunidense, acabaram levando os países da periferia a uma profunda crise financeira, limitando a capacidade de financiamento via entrada de capitais, o que lhes exigiu uma produção de superávits comerciais – oriundos do setor agrário - a título de transferência de capitais e recursos para quitar a dívida externa. O custo disso está estampado em todos os indicadores sociais contemporâneos. As crises do Brasil, do México e da Argentina, na década citada, podem ser apontadas como saldo desse balanço.

A palavra mágica soada pelos meios de comunicação oficiais ligados à burguesia fazia lembrar a revolução burguesa de 1789: liberdade de preços, de mercado cambial, comercial, para as transferências de tecnologia, para as inversões do capital estrangeiro; liberalização das importações, das taxas de juros, dos aluguéis, das tarifas públicas, para as negociações salariais...

O discurso foi idêntico em toda a América Latina.

As políticas públicas de todos os países inseridos nesse contexto de relações interestatais foram *"desregulamentadas"* (sistema financeiro, relações trabalhistas

e mercados) e “*liberalizadas*” (fluxos de mercadorias e capitais), buscando alento em espaços geoeconômicos livres das amarras estatais. O resultado foi que as economias satélites viram-se inundadas de capital, principalmente estadunidense, a título de modernização dos seus parques industriais.

O receituário imposto pelo Consenso de Washington trazia remédios amargos para a população dos países periféricos: desestruturação dos Estados Nacionais e o desmantelamento do setor público com o intuito de enfraquecer as resistências de ordem econômica; redução dos gastos sociais, com vistas ao pagamento da dívida externa; privatização das estatais; desregulamentação unilateral de mercado e o paradoxal protecionismo das nações desenvolvidas, o que inundou os mercados ‘*emergentes*’ de produtos importados, agravando, ainda mais, o desemprego, a desregulação do sistema financeiro, facilitando os fluxos de mercadorias e capitais.

Aos oligopólios caberia o papel de promotores da mais irrestrita liberdade de mercado.

Por trás dessas “reformas” estavam as grandes corporações transnacionais dos países desenvolvidos (principalmente dos EUA), sob a batuta de organismos também transnacionais, tais como Bird, FMI, OMC e G8, cuja hegemonia estadunidense, em todos eles, é inegável. Estas corporações e esses organismos multilaterais eram personalizados pela dupla Reagan/Thatcher, representantes do Estado estadunidense e inglês, respectivamente. Estranho quando, no discurso predominante, prevalecia a idéia de que o Estado deve ser mínimo, não interventor.

Por uma série de fatores econômico-financeiros, tecnológicos, culturais e políticos, os EUA reforçaram o seu papel de principal *locus* do capital-dinheiro. Se, por um lado é correto afirmar que o capital não tem pátria, por outro, pela posição que os EUA ocupam no globo é controverso dizer que sua hegemonia financeira não lhe favoreça. O capital é apátrida, mas tem centros geoeconômicos e

geopolíticos definidos, de onde emana um poder hegemônico, seja no sentido que afirma Nye (2002), do *Hard power*, ou no *Soft power*, seja na concepção genuinamente gramsciana de consenso do subjugado.

Conseqüentemente, examinar o processo de transnacionalização atual nos remete a uma revisita à questão do nacionalismo e dos Estados Nacionais (Almeida, 2004), já que, politicamente, esta foi a tônica das polêmicas.

O receituário neoliberal preconizado por Hayek (1946) e levado às últimas conseqüências por colegas e contemporâneos seus, desde a Sociedade de Mont Pèlerin, ficaria delegado para os seus discípulos da Universidade de Harvard, nos EUA, merecendo destaque as teorias do proeminente ideólogo Milton Friedman, que as executaria a ponto de transformar o Chile de Pinochet no laboratório latino-americano do neoconservadorismo liberal. Também, não se pode esquecer, como inegável contribuição política da ofensiva neoliberal, o relatório da Comissão Trilateral, que se apropriou da expressão “*crise de governabilidade*”. Esse relatório levantava, sob uma ótica diferenciada do prisma da esquerda, o problema da democracia nas sociedades industriais avançadas.

Aliás, ironicamente, a aplicação das políticas econômicas de caráter “*liberalizantes*” na América Latina foi acompanhada de ações ortodoxas de repressão às organizações políticas de esquerda, sindicais-operárias e populares no centro e na periferia do sistema, como também por combate aos movimentos nacionalistas, especialmente aos de caráter antiimperialistas. Quanto à forma, o projeto neoliberal para a América Latina foi implementado, via de regra, pela violência institucional, não pela democracia.

Surgido nas escolas de administração da costa nordeste dos Estados Unidos da América, o discurso eufemístico da “globalização” oculta a política imperialista deste país. Seu uso é, no geral, apologético, contribuindo para ocultar a *existência* de relações de exploração capitalistas e, mais particularmente, imperialistas. Isto

ocorre com maior intensidade quando o foco incide predominante ou exclusivamente no desenvolvimento tecnológico (Chagnollaud,1999:196).

Em primeiro lugar, o próprio termo não possui o caráter relacional presente de modo explícito dos quais pretensamente substitui. *Imperialismo* sinaliza uma relação assimétrica. Mais precisamente, de dominação e/ou exploração. O mesmo ocorre com o termo “*dependência*”. O termo, por si só, não traz a idéia de qualquer relação nem, muito menos, de uma assimetria. Suas origens, portanto, sinalizam para um caráter fortemente ideológico (conservador).

Estas considerações, no entanto, não nos eximem de um balanço crítico das teorias clássicas do imperialismo, com vistas a examinar sua contribuição para a análise do capitalismo contemporâneo. Claro está que o imperialismo não tem, hoje, a mesma configuração da compreensão clássica do início do século passado. No entanto, a fumaça das transformações processadas desde aquela fase histórica não nos permitem afirmar que o imperialismo tenha chegado ao fim por tratar-se de um fenômeno circunscrito temporalmente por certas teorias.

Em primeiro lugar, entendemos o processo de teorização como dinâmico, ou seja, passível de transformações; e, em segundo lugar, porque a ideologia dominante mascara as atuais relações interestatais enquanto relações econômicas ‘*globalizadas*’. Por outro lado, muitas das suas características essenciais permanecem perpetuando a reprodução concentradora do capitalismo. Mais: elas se intensificaram.

De fato, o imperialismo sofreu mudanças profundas. Na época de Lênin, o capitalismo industrial só era dominante nas formações sociais imperialistas; esse mundo imperialista era multipolar e permaneceu assim até o final da segunda grande guerra. Na seqüência tivemos quase meio século de bipolaridade desigual, que se esborou rapidamente com o colapso da URSS. Atualmente, nos deparamos com um mundo unipolar, ao menos no que se refere ao impressionante poderio bélico dos EUA. Hoje, as relações de produção capitalistas literalmente se

planetarizaram. Inúmeras formações sociais dependentes transformaram-se em importantes pontos de ancoragem da sua esfera industrial. Em outros termos, o processo de exportação de capitais para investimento tipicamente capitalista e fundado no princípio do processo produtivo resultou, ao longo do século XX, no espraiamento das relações sociais capitalistas, a começar pelas relações de produção. Obviamente, não se criou uma soma de formações sociais autônomas. Estas relações perpassam as formações sociais, articulando-as de um modo novo imprimindo ao capitalismo novas configurações.

Uma outra importante alteração se refere ao extraordinário aumento dos Estados Nacionais. Ao contrário do que ocorria na época de Lênin, constituiu-se, especialmente ao longo da segunda metade do século XX, um mundo de Estados-nações dependentes dos atores imperialistas cuja configuração levou à hegemonia⁴⁰⁰ dos Estados Unidos. Este fenômeno contraria, também, a retórica neoliberal de fim do Estado-nação.

Após a II Guerra Mundial, no encalço da nova configuração global, surgiu uma onda de cientistas políticos e sociais que passou a ver o fenômeno imperialista com novos olhos. Este foi o caso de Ernest Mandel, Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff, que, em parte, vislumbravam as ações estadunidenses como anunciadoras de uma nova “*era do imperialismo*” e advertiam para o papel de liderança dos EUA nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É premente a necessidade de aprofundamento da discussão teórica acerca do fenômeno imperialista à luz das mudanças econômicas advindas do processo de implantação de políticas neoliberais, na atual conjuntura capitalista nas economias

400 O conceito de hegemonia é utilizado aqui como representação da capacidade de direção do domínio econômico, militar e político-cultural consentido da classe dominante para a classe dirigente.

periféricas, mais especificamente, na América Latina. No entanto, qualquer análise minimamente séria do atual estágio deve partir do aprofundamento da crise mais geral do sistema que, no afã de sua superação, radicaliza seu mecanismo imperialista, cujo fenômeno parte dos intelectuais contemporâneos, na esteira da ideologia neoliberal, tenta negar.

Se, por um lado, as abordagens clássicas já não dão conta plenamente da atual configuração imperialista, por outro, não podemos entendê-la sem recorrer a elas. Ademais, outras gerações de pensadores se juntaram àquelas levando em conta os novos aspectos do processo e que não podem ser deixados de lado. A presença dos novos elementos incorporados na atual fase de desenvolvimento capitalista e seus métodos '*reestruturados*' de políticas de acumulação exige-nos lançar novos olhares acerca do fenômeno.

As historicamente chamadas revoluções tecnológicas, tão ufanizadas pelos ideólogos burgueses, não são argumentos consistentes que permitem rotular de "globalização" o atual estágio do capitalismo. Essas revoluções foram nada mais que o fruto da aplicação da inteligência humana, em pontos definidos do progresso mecânico, propiciado por condições materiais em vigor, cujo desenvolvimento técnico-científico abriu, ao capital, quase que infinitas possibilidades de expansão e garantiu formas de reprodução de suas relações de exploração, mesmo em momentos de crises profundas e duradouras, como a dos últimos trinta anos.

Hoje, no entanto, ao mesmo tempo em que se vive o avanço da biogenética, convive-se também com problemas crônicos de dois séculos atrás tais como superpopulação, violência urbana desenfreada, miséria, fome, epidemias e endemias simples, altos índices de desemprego, trabalho precarizado, disparidades sociais... As '*maravilhas*', tecnológicas que, na retórica burguesa diziam servir para libertar os homens do fardo do trabalho, acabaram transformando-os em escravos delas próprias no processo de acumulação capitalista.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Pelas continuidades reveladas no atual processo de transnacionalização, pensamos ser possível arriscar que a atual fase trata-se do velho imperialismo, travestido de uma roupagem midiático-tecnocrata desta sociedade do espetáculo “globalizado” que cumpre o seu papel: reproduzir as assimetrias como forma de dominação característica do fenômeno imperialista clássico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Nacionalismo e dependência nos anos dourados: bem mais do que espetáculo do crescimento; muito aquém da emancipação nacional*. São Paulo, Paulus, 2004.
- _____. *Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”*. Lutas Sociais 13/14, NEILS, PUCSP, 2005.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. São Paulo, Peres, 1994.
- BORÓN, Atílio. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In: SEOANE, José e TADDEI, Emilio. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- _____. *Império e Imperialismo (Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri)*. Buenos Aires, Clacso, 2002.
- BUKHARIN, N. *O imperialismo e a economia mundial*. Coleção “Os economistas”, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1984.
- CHAGNOLLAUD, Jean-Paul. *Relations internationales contemporaines: un monde en perte de repères*. 2. ed. Paris, L’Harmattan, 1999.
- HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Livraria o Globo, 1946.
- HOBSON, John A. *Estúdio del imperialismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1981.
- LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENINE, V. I. *Obras Escolhidas*, 3. ed., Vol. I São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Coleção Os economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo, Unesp, 2002.